

1.000

QUESTÕES PARA

**POLÍCIA
PENAL-SP**

SUMÁRIO

PORTUGUÊS	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ACENTUAÇÃO	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	10
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - SUBSTANTIVO	10
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ADJETIVO	11
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	12
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	13
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - PRONOMES PESSOAIS	14
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES	15
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	16
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	20
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - CRASE	21
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC)	22
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	25
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - FIGURAS DE LINGUAGEM	26
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	29
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	57
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.	67
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - CLASSICISMO (CAMÕES, SÁ DE MIRANDA, ETC)	74
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - BARROCO (BENTO TEIXEIRA, GREGÓRIO DE MATOS, PE. ANTÔNIO VIERA, ETC)	74
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - REALISMO/NATURALISMO (MACHADO DE ASSIS, ALUÍSIO AZEVEDO, R. POMPEIA, ETC)	75
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - PRÉ-MODERNISMO (E. DA CUNHA, LIMA BARRETO, M. LOBATO, A. DOS ANJOS, ETC)	76
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - MODERNISMO - 3ª GERAÇÃO (G. ROSA, C. LISPECTOR, JCM NETO ETC)	76

MATEMÁTICA	79
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	79
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	79
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	81
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO.....	82
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO.....	83
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES.....	83
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR.....	84
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	84
→ TEOREMA DE BAYES.....	84
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA.....	85
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	85
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	86
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	87
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES).....	89
→ PORCENTAGEM.....	94
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	97
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS.....	98
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	100
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	101
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO.....	102
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.).....	102
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU.....	105
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS.....	107
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU.....	108
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO.....	108
→ MATRIZES.....	108
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL.....	109
→ TEOREMA DE TALES.....	109
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	109
→ GEOMETRIA ESPACIAL.....	110
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	111
→ JUROS SIMPLES.....	113
→ JUROS COMPOSTOS.....	113

HISTÓRIA **117**

→ O GOLPE DE 1930 E O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934).....	117
→ GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937) E A CONSTITUIÇÃO DE 1934.....	117
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	118

→ AS REFORMAS INSTITUCIONAIS: O BRASIL SEGUNDO VARGAS	118
→ ECONOMIA NA ERA VARGAS: DO CAFÉ À INDÚSTRIA.....	119
→ POLÍTICA EXTERNA NA ERA VARGAS	119
→ POLÍTICA: ENTRE A CONTINUIDADE E AS CRISES (REPÚBLICA LIBERAL)	119
→ ECONOMIA NA REPÚBLICA LIBERAL	120
→ O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES: INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	120
→ CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS MODIFICAÇÕES DE 1969	120
→ A ORDEM E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA	120
→ A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	121
→ POLÍTICA NO BRASIL ATUAL	121
→ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	122
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	122
→ O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	124

GEOGRAFIA127

→ GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	127
→ SISTEMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS.....	128
→ COMÉRCIO MUNDIAL	129
→ BLOCOS REGIONAIS.....	129
→ URBANIZAÇÃO MUNDIAL.....	130
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	130
→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	132
→ AGRONEGÓCIO	132
→ GEOGRAFIA POLÍTICA NO MUNDO	134
→ FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	134
→ ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE	134
→ MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL	135
→ GEOLOGIA E RELEVO.....	136
→ SOLOS	138
→ CLIMAS DO BRASIL.....	138
→ HIDROGRAFIA BRASILEIRA	138

INFORMÁTICA141

→ WINDOWS 10.....	141
→ WORD 2010.....	144
→ EXCEL 2010.....	146
→ POWERPOINT 2010	148
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	148
→ INTRANET E EXTRANET.....	149
→ INTERNET EXPLORER.....	149

→ GOOGLE CHROME.....	150
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	150
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO ETC.).....	151

ADMINISTRAÇÃO E CONSTITUCIONAL155

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, DA CF, DE 1988)	155
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	162
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	163
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	164
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144, DA CF, DE 1988).....	164

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL167

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º, DA LEI Nº 12.527, DE 2011)	167
→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º, DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	168
→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20, DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	169
→ DIREITO ADMINISTRATIVO — DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34, DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	172
→ DIREITO CONSTITUCIONAL — DA SEGURANÇA PÚBLICA (ARTS. 139 A 143, DA CE-SP).....	172

ADMINISTRAÇÃO E CONSTITUCIONAL

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, DA CF, DE 1988)

1. (FGV – 2023) Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

- a) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna.
- b) constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural.
- c) inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas.
- d) constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais.
- e) inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

2. (FGV – 2023) Um grupo de policiais alcançou a inferência lógica de que estariam sendo praticados crimes no interior de certa residência familiar. Esses policiais formaram o seu raciocínio a partir da constatação de que, de tempos em tempos, ali ingressavam pessoas que, pela sua aparência física e pelas roupas que utilizavam, muito provavelmente estariam envolvidas na prática de crimes. Por tal razão, decidiram ingressar no local, contra a vontade dos moradores, e ali encontraram centenas de quilos de substâncias entorpecentes de uso proibido.

Considerando a sistemática constitucional, é **correto** afirmar que o ingresso na residência foi

- a) ilícito, considerando a inexistência de ordem judicial e em razão da ausência de qualquer indício prévio de flagrante delito no local.
- b) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, podendo ter sido efetivado durante o dia ou durante a noite.
- c) ilícito, considerando que os policiais, em nenhuma hipótese, podem ingressar na residência alheia sem ordem judicial e contra a vontade dos moradores.
- d) lícito, embora inexistisse ordem judicial, o que decorria da situação de flagrante delito, cuja ocorrência deveria ser demonstrada em juízo em momento posterior.

- e) lícito, considerando que o flagrante delito legitima o ingresso na casa alheia ainda que sua descoberta seja fortuita, pois a sua existência excepciona a inviolabilidade do domicílio.

3. (FGV – 2023) A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- a) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123.
- b) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não recepcionaram o Art. Y da Lei nº 123.
- c) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recepcionou o Art. Y da Lei nº 123.
- d) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República.
- e) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supraregal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

4. (FGV – 2023) Enéas, hábil escritor, almejava elaborar a biografia de um renomado jogador de futebol, famoso não só pela habilidade que apresentava no esporte, sendo, inclusive, frequentemente convocado para a seleção brasileira, como por sua conturbada vida pessoal. Ao solicitar ao jogador o acesso ao seu arquivo pessoal, Enéas recebeu não só a negativa de colaboração como também uma vedação peremptória à futura publicação da obra cuja elaboração há pouco se iniciara.

Ao procurar um advogado, foi corretamente informado a Enéas que, na perspectiva constitucional:

- a) a publicação da obra, enquanto projeção do direito à intimidade, está condicionada à autorização do jogador.
- b) a publicação da obra somente não carecerá de autorização do jogador enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do interesse público na informação.

- c) apesar de a publicação da obra não carecer de autorização do jogador, é necessário que aprove o seu conteúdo, de modo a evitar a potencial causação de danos morais.
- d) não é necessária a autorização da pessoa biografada, o que decorre da prevalência das liberdades de pensamento e de expressão, incompatíveis com a censura prévia.
- e) a publicação da obra somente carecerá de autorização do jogador enquanto ele estiver em atividade, o que decorre do seu possível impacto no direito social ao trabalho.

5. (FGV – 2023) A Constituição Federal de 1988 (CF/88) teve como prioridade a disposição de uma ampla gama de direitos em seu texto, ficando conhecida como Constituição Cidadã.

Sobre os direitos previstos expressamente na CF/88, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Ninguém será submetido à tortura, exceto em caso de estado de sítio.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo, no entanto, vedado o anonimato.
- c) A prestação de assistência nas entidades de internação coletiva é assegurada, salvo a religiosa.
- d) É garantido o direito de propriedade, tendo como exceção o confisco para reforma agrária.
- e) A criação de associações é livre, desde que autorizadas pelo Poder Executivo.

6. (FGV – 2023) Assinale a opção que representa um direito ou garantia individual previsto expressamente no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização prévia da autoridade competente.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A prática do racismo constitui crime inafiançável, porém prescritível em 15 (quinze) anos, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) Não haverá pena de morte, mesmo em caso de guerra declarada.

7. (FGV – 2023) Pablo, cidadão espanhol, viveu durante alguns anos no território brasileiro, ocasião em que desenvolveu diversas atividades econômicas e adquiriu inúmeras obras de arte. Em determinado momento, por sugestão de sua família, decidiu retornar para a sua pátria.

Muito cioso dos seus deveres, Pablo consultou seu advogado a respeito dos requisitos a serem observados, consoante a Constituição da República, para que pudesse sair do território nacional, sendo-lhe corretamente informado que

- a) pode sair do território nacional com seus bens, observados os balizamentos estabelecidos pela lei.
- b) pode sair livremente do território nacional, mas deve apresentar justificativa para que possa levar os seus bens.
- c) depende de autorização da autoridade competente para que possa sair do território nacional e ainda levar os seus bens.
- d) como é estrangeiro, não sendo alcançado pelos direitos fundamentais, cabe apenas à lei dispor sobre a possibilidade, ou não, de sair com seus bens do território nacional.
- e) por expressa determinação constitucional, pode sair livremente do território nacional com seus bens, não sendo possível que a lei estabeleça qualquer condicionante.

8. (FGV – 2023) Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

- a) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria.
- b) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros.
- c) são plenamente reconhecidos a Maria, sem qualquer distinção em relação aos brasileiros natos ou naturalizados.
- d) somente são reconhecidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, não a estrangeiros como Maria.
- e) podem ser fruídos por Maria caso a legislação infraconstitucional venha a reconhecê-los.

9. (FGV – 2023) A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, **corretamente**, que:

- a) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida.
- b) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos.
- c) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida.
- d) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida.
- e) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

10. (FGV – 2022) Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada:

- a) somente seria possível após a condenação em processo administrativo.
- b) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- c) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional.
- d) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial.
- e) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.